



# Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom

R. Padre Luís Aparício, 11-5º D 1150-248 LISBOA Tel: 213531719/20 Fax: 213531726

**E-Mail: [comissao.ptc@sapo.pt](mailto:comissao.ptc@sapo.pt)**

**COMUNICADO N.º 04/06**

**Lisboa, 13 de Fevereiro de 2006**

## **A CT E OS SINDICATOS, EM NOME DO MAIOR CREDOR DA EMPRESA, OS TRABALHADORES, UNEM-SE NA DEFESA DA PT, DOS SEUS CLIENTES E DOS POSTOS DE TRABALHO**

Por proposta da CT, realizou-se, no passado dia 9, uma reunião com as ORT's da PT para analisar a situação complexa e o maior desafio que até hoje enfrentámos, criado pelo lançamento de uma OPA sobre a PT pela SONAE e Sonaecom, bem como decidir que acções tomar.

Nessa reunião participaram, para além da **CT**, os seguintes sindicatos: **STPT, SINTTAV, SINDETELCO, SNTCT, STT, TENSIQ, SERS, SINQUADROS E SICOMP.**

A PT, portadora do legado de empresas centenárias de telecomunicações em Portugal, é uma peça chave na garantia da soberania e da defesa nacional, assegura o sigilo das telecomunicações, a universalidade dos serviços (**mesmo nas zonas do país mais desprotegidas**), contribui para o PIB com cerca de 4%, investe mais de 600 milhões de euros (120 milhões de contos) por ano no país, desenvolve tecnologia, serviços e conteúdos, através de uma componente muito forte de investigação e desenvolvimento (I&D) na PT Inovação e tem, no activo, nos cinco continentes onde opera, mais de 40 milhões de clientes e mais de 30 mil trabalhadores, 15 mil dos quais em Portugal.

Por tudo isto, as ORT's defendem que a PT necessita de uma protecção especial que só pode ser garantida através de uma verdadeira política de telecomunicações nacional, que permita ao Governo supervisionar e intervir, através de prerrogativas especiais, de forma a poder contrariar decisões que não defendam os interesses de Portugal, a empresa, os clientes, o emprego e os trabalhadores.

Não só por tudo isto, mas também pelo facto das ORT's da PT representarem o seu maior credor, os trabalhadores concluíram o seguinte:

- 1. Defender que o Governo deve manter uma posição interventiva através dos poderes da sua "Golden Share" e não permitir a desblindagem dos Estatutos, nomeadamente a manutenção da não contagem de votos emitidos por um accionista ou seu representante que exceda o limite de dez por cento (10 %) da totalidade de votos correspondente ao capital social;**
- 2. Defender os direitos e os interesses dos trabalhadores da PT, que são os maiores credores da empresa, através dos Fundos de Pensões e das responsabilidades com a PT-ACS (o valor actual das responsabilidades da PT com o fundo de pensões e com a saúde não fundeadas são da ordem dos 2.500 milhões de euros. Para além desta dívida, têm que ser fundeadas verbas que permitam garantir o pagamento das aposentações e dos complementos de reforma dos trabalhadores que ainda se encontram no activo e que são oriundos dos CTT, dos TLP, da TDP e da Marconi, o que representa muitos mais milhões de euros em falta);**
- 3. Face às informações ainda escassas, foi decidido aguardar o requerimento feito à CMVM para o registo da OPA que tem de ocorrer nos 20 dias posteriores ao seu anúncio, para, assim, poder ter acesso a informações cruciais e detalhadas desta operação, sobretudo no projecto de prospecto da OPA;**
- 4. Decidiu-se, igualmente, pedir audiências à Comissão Executiva da PT SGPS, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-ministro e à Comissão Parlamentar de Economia e Finanças;**

**5. Decidiu-se, ainda, intervir, de uma forma concertada, junto da ANACOM (entidade reguladora do sector), no sentido de esta ser isenta, permitindo que a PT forneça, como pretende, serviços mais baratos e de melhor qualidade aos seus clientes, nomeadamente não obstaculizando sistematicamente:**

- **A atribuição de minutos grátis na taxa de assinatura mensal, bem como as condições inaceitáveis que exige à PT na redução dos preços do ADSL banda larga (com estas posições incompreensíveis, a ANACOM prejudica, acima de tudo, mais de 4 milhões de clientes da rede fixa da PT e seus familiares e protege uma concorrência parasitária que não investe na rede);**
- **A redução do período de impossibilidade de contactar com os seus clientes que mudem de operador (a ANACOM impõe um período de inibição de 4 meses, mesmo nos casos em que os clientes são “coagidos” a mudar ou mudam sem o seu consentimento, pois basta como comprovativo o envio de um simples fax);**
- **A fixação de preços justos no WHOLESALE (venda por grosso), para que neles estejam incorporados os custos da manutenção e os investimentos na rede que só a PT faz;**

**6. Foi, também, decidido que as ORT’s manteriam um contacto intenso e, desde que haja desenvolvimentos relevantes, se reuniriam de novo, previsivelmente, logo após o pedido de registo da OPA pela Sonae e Sonaecom na CMVM.**

Foi assumido que a OPA provoca a paralisação da gestão da empresa, na medida em que o órgão da administração da sociedade visada (PT) fica com limitação de poderes e só pode tomar decisões de gestão corrente, bem como, em caso de sucesso, retalhar a empresa, desmembrá-la e vender activos estratégicos para a economia nacional a quem der mais, possibilitando a transferência de importantes centros de decisão para o exterior.

A CT e os Sindicatos lembram que viabilizar ou não esta ou qualquer outra OPA está nas mãos do Accionista Estado, através do Governo ou dos Accionistas que participarem na próxima Assembleia-geral.

As ORT’s recomendam aos trabalhadores, activos ou não activos, que estejam serenos mas atentos ao evoluir da situação e preparados para assumirem as medidas que, a todo o momento, se mostrem ajustadas na defesa de uma empresa chave para a garantia da independência nacional, dos postos de trabalho e dos direitos sociais.

Em resumo, é o futuro da empresa que está em jogo e nós, os seus maiores credores (os trabalhadores), não podemos permitir que ele seja hipotecado nem destruído.

## **A CT FOI RECEBIDA EM AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

A CT foi recebida, no dia 8 de Fevereiro, pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do MOPTC, Dr. Paulo Campos, que tem a delegação de competências para as telecomunicações, a quem transmitimos as nossas preocupações sobre a situação complexa que se vive depois do lançamento da OPA sobre a PT e a quem solicitámos a antecipação da próxima Assembleia de Accionistas, a fim de evitar o prolongamento das indefinições.

O Sr. Secretário de Estado informou que o Governo conhece bem a PT, a importância estratégica da empresa e os compromissos sociais que existem com os trabalhadores activos e não activos, através dos Fundos de Pensões e das responsabilidades com os cuidados de saúde (PT-ACS).

Referiu que o Governo se empenhará e recorrerá a todos os recursos no sentido de serem tomadas as melhores soluções para os trabalhadores, para os clientes, para a empresa e para o País.

A CT, face aos desenvolvimentos que forem ocorrendo, não deixará de ponderar a marcação de uma conferência de imprensa para defender a empresa e os seus trabalhadores.

## **POR UMA PT AO SERVIÇO DO PAÍS, DOS CLIENTES E DOS TRABALHADORES**